

  


## **Contrato n.º 15/2018**

### **Contrato-Programa de Apoio ao Projecto Ténis de Mesa Vai à Escola Entre Federação Portuguesa de Ténis de Mesa e Associação de Ténis de Mesa de Aveiro**

É celebrado o presente contrato, entre:

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS DE MESA (FPTM), pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho nº 55/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República nº 288, de 11 de dezembro, com sede na Rua Padre Luis Aparício, 9 - 5º, 1150-248 LISBOA, NIPC 501547584, aqui representada por Pedro Miguel Gaspar Dias Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por 1º OUTORGANTE.;

E

A ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DE AVEIRO, pessoa coletiva de direito privado, com sede Casa Povo de Ovar, Apartado 602 3884-908 Ovar , NIPC 502605219, aqui representada por Patricia Valente Soares , na qualidade de Presidente, adiante designada por 2º OUTORGANTE.;

Considerando:

- a) Que a **Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro** (Lei de Bases da Atividade Física e do desporto)
  - Define a orientação base do desenvolvimento da atividade física e desporto;
  - Estabelece o novo modelo de organização das Federações desportivas;
  - Determina que estas entidades têm de possuir contabilidade organizada segundo as normas do Plano Oficial de Contabilidade, bem como a obrigatoriedade de cumprimento das obrigações com a Autoridade Tributária e Aduaneira e com a Segurança Social;
  - Estabelece como princípio de financiamento da atividade desportiva os contratos programa de desenvolvimento desportivo.
- b) O disposto no **Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro** – Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- c) Que a 1ª Outorgante atua na qualidade de Federação Desportiva de uma modalidade desportiva (Ténis de Mesa) com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva e que a 2ª

Outorgante é uma associação territorial de clubes (vulgo associação distrital ou regional ou de Ilha), estando inscrito como associado junto da 1ª outorgante

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª**

##### **(Objeto)**

O presente Contrato-Programa tem por objeto a comparticipação ao desenvolvimento desportivo do ténis de mesa no âmbito do projeto "O Ténis de Mesa vai à Escola" (TMVE), de acordo com o programa de atividades apresentado ao 1º OUTORGANTE.

#### **Cláusula 2ª**

##### **(Período de execução do programa)**

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2018.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Comparticipação Financeira)**

A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º OUTORGANTE, ao 2.º OUTORGANTE, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1ª, é no montante de 1.800€.

A alteração dos fins a que se destina a comparticipação financeira prevista neste contrato, só poderá ser feita mediante autorização escrita do 1º Outorgante, com base numa proposta fundamentada do 2º outorgante a apresentar antes do termo da execução do programa apresentado.

#### **Cláusula 4ª**

##### **(Obrigações do 2º Outorgante)**

São deveres do 2º Outorgante:

- a) Aplicar os apoios atribuídos aos fins a que expressamente se destinam, respeitando as condições e finalidades estabelecidas, através da filiação de 10 (dez) novos iniciado(a)s,

provenientes dos Agrupamentos de Escolas de Lourosa e de Paços de Brandão e a sua participação numa prova nacional do Calendário Oficial da FPTM;

- b) Consentir o acompanhamento da execução, bem como prestar as informações que venham a ser solicitadas pelo 1º Outorgante, pela FPTM, ou por quem para o efeito for designado;
- c) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios atribuídos pelo 1º Outorgante no âmbito do presente contrato;

#### **Cláusula 5ª**

##### **(Incumprimento das obrigações do 2º Outorgante)**

- 1. O incumprimento das obrigações referidas na cláusula anterior, por razões não fundamentadas, ou de qualquer obrigação legal em vigor, implicará a suspensão dos apoios por parte do 1º Outorgante.
- 2. O 2º outorgante deverá restituir ao 1º outorgante as comparticipações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do programa referido na cláusula 1, sem o devido consentimento do 1º outorgante nos termos da cláusula 3.

#### **Cláusula 6ª**

##### **(Obrigações do 1º Outorgante)**

São obrigações do 1º outorgante:

- a) Prestar a comparticipação financeira mencionada na cláusula 3;
- b) Colaborar no âmbito das suas competências, e dentro dos recursos disponíveis, a implementação das ações previstas do programa de atividades

#### **Cláusula 7ª**

##### **(Publicitação dos apoios)**

O presente contrato é publicado no sítio da internet do 1º outorgante, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

**Cláusula 8ª**  
**(Vigência do Contrato)**

O presente contrato é referente ao ano de 2018, terminando a 31 de dezembro, findo o qual poderá ser renovado automaticamente, se se verificarem o cumprimento dos requisitos previstos na cláusula 4ª.

**Cláusula 9ª**  
**(Compromisso arbitral)**

1. Os litígios sobre interpretação, validade ou execução do presente contrato serão dirimidos segundo juízos de equidade, nos termos do artigo 4.º, alínea c) do Código Civil.
2. Caso se frustrar a conciliação nos termos do número anterior, submeterão as partes o litígio à arbitragem voluntária prevista nos artigos 180.º e seguintes do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, e, subsidiariamente, da Lei sobre Arbitragem Voluntária consagrada na Lei n.º 31/86, de 29 de agosto.

**Cláusula 10ª**  
**(Disposições finais)**

Em tudo o mais e no omissis, regularão as disposições legais em vigor.

Celebrado em 18 de dezembro de 2018, em 2 folhas, ficando o original na posse do 1º outorgante e cópia na posse do 2º outorgante.

Pelo 1º Outorgante

  
Pedro Miguel Moura

Pelo 2º Outorgante

